

Capa

Mercado livre possibilita redução de custos com energia

Prédios comerciais e shoppings começam a perceber as vantagens de estabelecer estratégias também para a compra de energia elétrica

A iniciativa privada e a competição de mercado entraram para o setor elétrico nacional somente na metade dos anos 90, na esteira das privatizações do Programa Nacional de Desestatização (PND) do Governo Federal. Até então, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica eram prerrogativas exclusivas do Estado e os recursos eram predominantemente públicos.

Sob forte regulamentação, todos os consumidores do País eram cativos, ou seja, não tinham opção senão comprar eletricidade das concessionárias locais no mercado regulado, ficando sujeitos às condições de fornecimento e aos preços praticados pelas estatais.

A escassez de investimentos públicos, que reduzia a possibilidade de modernização e expansão do sistema, trazia à tona a defasagem do modelo estatal e expunha o desgaste do setor elétrico. Em 1995, o Governo deu os primeiros passos rumo à revitalização do setor, permitindo a entrada da iniciativa privada na geração de energia, que passou também a ser vendida a preços orientados pelo mercado.

O novo ambiente de negócios do setor elétrico dava ao consumidor – que atendesse a certos pré-requisitos técnicos e legais – a liberdade de escolher seu fornecedor e negociar as melhores condições de fornecimento. Nascia o conceito de consumidor livre de energia elétrica.

Transmissão e distribuição, por sua vez, são monopólios naturais que foram mantidos sob regime de concessão do Estado, já que as distribuidoras são as únicas provedoras de infraestrutura no País.

Liberdade para comprar

Para os consumidores do mercado livre, não há qualquer mudança na forma de recebimento de energia elétrica, pois quem continua garantindo o fornecimento é a distribuidora.

Como o sistema elétrico nacional é uma grande rede, toda interligada, à qual as empresas de geração, transmissão e distribuição estão conectadas, a mesma energia chegará tanto para os consumidores cativos quanto para os do mercado livre. O fornecimento só será interrompido se ocorrer algum problema que desconecte alguma parte deste sistema. “Neste caso, todos os consumidores ficarão sem energia elétrica”, explica Carlos Alberto Schoeps, da Replac, consultora da Jones Lang LaSalle para projetos de energia.

Schoeps ressalta que a vantagem da operação no mercado livre de energia é puramente comercial. Se na parte da infraestrutura os serviços são regulados, com preços tabelados para transmissão e distribuição, na geração e comercialização há competitividade e os preços são cotados no mercado. O preço da energia praticado pela distribuidora passa a ser o teto e o consumidor fica livre

Alternativa sustentável:
energia gerada a partir de
biomassa renovável é limpa
pode fazer parte de estratégias
de redução de custos

para ir ao mercado buscar opções mais econômicas. “Portanto, a migração para o mercado livre passa a ser vantajosa quando, nas cotações de mercado, o consumidor encontrar energia a um preço menor que o da distribuidora local”, explica.

Atualmente, o mercado livre representa 25% do consumo nacional de energia elétrica. E mais de 80% dos consumidores livres são usuários industriais. No setor de serviços, o consultor diz que shopping centers e prédios comerciais estão apenas começando a perceber as vantagens da migração. O mercado livre não é disponível para consumidores residenciais.

Ainda segundo o consultor, o processo de migração de uma indústria para o mercado livre dura cerca de um ano. Já no caso dos condomínios comerciais, a situação é diferente, pois, como normalmente as decisões são tomadas por um grupo, o caminho é mais longo. Neste sentido, é fundamental a parceria entre a consultoria de energia, a administradora e o gerente de condomínio no processo de convencimento dos decisores.

Pioneirismo

O edifício Continental Square Faria Lima, em São Paulo, sob gestão da Jones Lang LaSalle desde 2003, foi o primeiro condomínio do País a entrar para o mercado livre de energia elétrica, em 2007. Com consultoria da Replace, foram estudadas várias opções para redução de custos em energia, e o mercado livre foi a mais atraente. O condomínio fechou contrato com a Sykué Bioenergia, termelétrica baiana movida a biomassa vegetal renovável.

A decisão do Continental Square de migrar para o mercado livre levou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – que viabiliza as operações de compra e venda de energia elétrica – a ter de criar os procedimentos para a adesão de condomínios ao mercado livre.



Para oferecer mais segurança aos proprietários e condôminos com relação ao nível de risco inerente às operações no mercado livre, a modalidade de contratação adotada foi a de economia garantida, que prevê, durante a vigência do contrato, um desconto de 8% mensais sobre o valor da conta da Eletropaulo. Com um gasto mensal em torno de R\$ 300 mil, o Continental Square passou a economizar uma conta de energia elétrica por ano.

Schoeps ressalta que, com a assessoria adequada, os riscos são avaliados e controlados. “Vale o mesmo raciocínio utilizado em qualquer outra operação financeira: quanto maior benefício que se busca, maior o risco que se deve assumir”.

Sustentabilidade

Para o consumidor, o produto final adquirido é energia e, em termos financeiros, não importa a maneira como ela é gerada. Qual a vantagem, então, de se optar pela compra de energia produzida de modo sustentável? Paulo Puterman, sócio-diretor da Sykué, explica que há um incentivo do Governo para os consumidores livres, o que reduz as tarifas de uso das linhas de transmissão e distribuição do sistema elétrico. “Em linhas gerais, ao comprar energia o cliente paga pela energia em si, por encargos setoriais e pelo uso das linhas. É nesta última parcela que ele recebe um desconto por usar energia alternativa”, diz. ■



Sykué: a energia do capim

Situada no município de São Desidério, na Bahia, em uma área de 11 mil hectares, a Sykué Bioenergia é a primeira usina termelétrica no País a utilizar o capim-elefante para geração de energia. Gramínea de origem africana, que chega a atingir cinco metros de altura, o capim-elefante é largamente utilizado por aqui como alimento para o gado. Já totalmente vendida, a capacidade inicial da primeira usina da Sykué é de 30 MW.

Depois do processo natural de corte e secagem, o capim é picado e transportado até a usina, onde é queimado em caldeira, gerando vapor que posteriormente é convertido em eletricidade, por meio de turbinas. No processo, apenas 5% de gás carbônico são jogados na atmosfera e absorvidos pelo próprio capim da fazenda, por meio da fotossíntese, zerando o balanço de emissões.

Paulo Puterman explica que a iniciativa de utilizar o capim-elefante foi decorrente de uma série de estudos que demonstraram ser esta a biomassa com maior potencial de crescimento por hectare, no período de tempo necessário. Demandando menor área para cultivo, a planta possibilita a produção de energia mais barata.